

ÉTICA E MORAL II

Retomam-se as discussões sobre ética e moral, com ênfase na distinção etimológica e filosófica, além das três perspectivas adotadas pela Escola Nacional de Administração Pública sobre o tema. Conclui-se que a ética possui caráter complexo, demandando abordagens que facilitem a resolução de questões relacionadas.

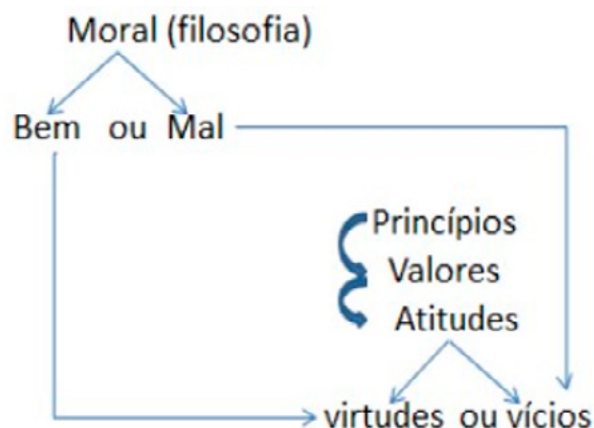
ÉTICA	MORAL
Ciência	Objeto de estudo
Teoria	Prática
Objetiva	Subjetiva
Abstrata	Concreta
Universal	Cultural/temporal
Imutável	mutável

A moral corresponde à primeira classificação de ética proposta pela ENAP, sendo definida como a socialização de valores e de comportamentos socialmente incorporados. Já a ética relaciona-se à concepção de conduta racionalmente justificável. Sob o enfoque filosófico, a ética é entendida como a ciência, enquanto a moral se apresenta como objeto de estudo; a moral manifesta-se na prática, e a ética permanece no campo teórico. A ética é universal e abrangente, ao passo que a moral adquire uma perspectiva particular de grupo ou sociedade, caracterizando-se como cultural, temporal e mutável.

A ética baseia-se em princípios universais e inquestionáveis. No contexto da administração pública, tais princípios encontram respaldo na Constituição Federal, e, em âmbito global, estão presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O conceito de princípios é mais amplo, universal e relacionado à ética, enquanto valores são subjetivos, variáveis e vinculados ao entendimento moral.

Os princípios surgiram dos valores, desenvolvendo-se ao longo do tempo. Em contextos de conflitos, como guerras mundiais, consolidou-se a necessidade de formular padrões universais que garantissem a coexistência humana, independentemente de cultura ou sociedade. Foi a partir dessa convergência que se originou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

De forma análoga, na administração pública, a Carta Constitucional estabelece princípios inquestionáveis e aplicáveis em todas as esferas – municipal, estadual ou federal. São eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esses princípios derivam de valores, e as ações pautam-se no senso moral, que é influenciado pelas virtudes e vícios humanos. As virtudes representam as qualidades da natureza humana, enquanto os vícios correspondem aos erros e defeitos.



Ao executar determinada atitude, observa-se se esta adota uma virtude ou um vício como referência. Quando a atitude é virtuosa, há uma elevada probabilidade de estar associada a uma conduta moral orientada ao bem comum, ao interesse público e coletivo, articulando-se, portanto, a um princípio universal. No contexto da administração pública, tal conduta virtuosa demonstra alinhamento com os princípios da Carta Constitucional.

Em sentido oposto, ao manipular a máquina pública para atender interesses pessoais, a atitude evidencia um vício, caracterizando-se por um erro ou defeito e demonstrando uma conduta moral voltada ao interesse individual, sobrepondo o egoísmo ao altruísmo e o interesse pessoal ao bem comum. Essa atitude se fundamenta em um princípio antiético, o oposto dos valores éticos defendidos globalmente como corretos.

Na administração pública, além dos princípios explicitamente mencionados, há outros princípios implícitos que complementam os valores estabelecidos. Em relação às virtudes e vícios, todos possuem valores positivos e negativos, uma vez que a perfeição não é uma característica humana.

CORTELLA

Ética deriva do grego *ethos*. Filosoficamente significava “morada do humano” – lugar onde habita, casa, marca, caráter (característica como marca). Desse modo, *Ethos* é a fronteira entre o humano e a natureza. Animais agem por instinto e nós, por autonomia. Desse modo, o ser humano age por consciência, reflete antes de agir. Assim, deve buscar em sua consciência – liberdade (responsabilidade de ações).

A análise teórica parte das reflexões de Mário Sérgio Cortella, que define ética como derivada do grego *ethos*, significando “morada do humano”, o local onde reside o caráter e os valores, representando a fronteira entre humano e natureza. A partir desse conceito, distingue-se a autonomia, própria dos seres humanos, da heteronomia, característica dos animais, que agem por instinto.

A autonomia, definida como “liberdade esclarecida”, situa ética e moral no campo da ação consciente, ao passo que a lei e o direito permanecem na heteronomia, impondo regras externas que moldam o comportamento por meio de sanções. Nesse contexto, indivíduos que carecem de vocação para a coletividade agem conforme a lei apenas pelo temor de sanções, e não por um compromisso ético com o bem comum.

Por outro lado, a conduta ética se define pela autonomia e responsabilidade, com decisões que buscam o interesse coletivo, independentemente da obrigatoriedade legal. Uma pessoa ética age de maneira consciente e ponderada, refletindo sobre as consequências de suas ações e priorizando o bem coletivo acima do interesse individual, em alinhamento com um princípio universal.

Um exemplo prático ilustra essa diferença: em um hospital, um indivíduo ético evitaria buzinar para não prejudicar o bem-estar dos pacientes. Entretanto, alguém focado apenas em interesses pessoais poderia buzinar caso um caminhão bloqueasse seu caminho, recolhendo-se apenas ao ver a presença de uma autoridade de trânsito, não por consideração ética, mas por receio de punição.

Cumprir a lei, portanto, não implica necessariamente ética, pois a conduta pode ser movida apenas pelo medo de sanção, evidenciando a teoria do “mínimo ético” de Miguel Reale. Esse conceito estabelece que o direito impõe às pessoas um comportamento socialmente aceitável, para garantir a harmonia nas relações coletivas, especialmente em contextos em que a vocação para a coletividade é baixa. Isso pode explicar o alto volume de legislações, que buscam compensar a falta de compromisso coletivo, uma vez que o cumprimento das normas depende frequentemente da existência de uma sanção.

A autonomia, portanto, se reflete em ações responsáveis e conscientes, buscando equilíbrio entre liberdade individual e coletividade. Cortella defende que o ser humano, agindo com consciência, deve utilizar essa liberdade com responsabilidade em suas ações, buscando sempre o bem comum e a harmonia social.

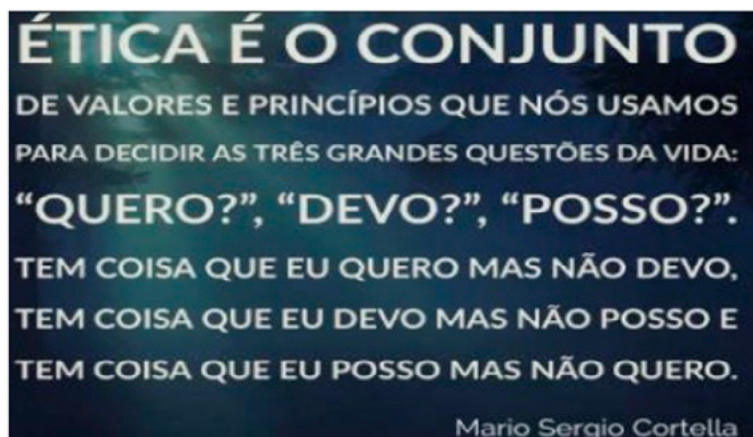
Adolfo Sánchez Vázquez conceitua **Ética** como a “**ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É uma ciência, pois tem objeto próprio, leis próprias e método próprio. O objeto da Ética é a moral**”.

Adolfo Sánchez Vázquez define ética como a ciência do comportamento moral dos seres humanos em sociedade. Classifica-a como ciência por possuir objeto, leis e métodos próprios.

O objeto de estudo da ciência ética é a moral, alinhando-se à concepção de Mário Sérgio Cortella, que trata da relação entre “dever” e “poder” éticos.



10m



RIOS:

A ética se apresenta como uma reflexão crítica sobre a dimensão moral do comportamento do homem. [...] A moral, em uma determinada sociedade, indica o comportamento que deve ser considerado bom e mau. A ética procura o fundamento do valor que norteia o comportamento, partindo da historicidade presente nos valores. (2011, p. 34)

A ética, além dessa distinção entre o bem e o mal, busca o fundamento dos valores que orientam esses comportamentos, considerando a historicidade presente nos valores.

Essa historicidade reflete a variabilidade e a mutabilidade dos valores ao longo da vida, à medida que o indivíduo é exposto a contextos diferentes. Por exemplo, uma criança que internaliza um comportamento inadequado do ambiente familiar, como cuspir no chão, pode, ao entrar no ambiente escolar, ser orientada pela professora a entender que esse comportamento é moralmente inaceitável naquele contexto. Essa nova compreensão pode levar a criança a modificar seu próprio comportamento e, possivelmente, influenciar também o comportamento dos familiares.

PARA BITTAR:

Conceituar ética já leva à conclusão de que ela não se confunde com a moral, pese embora aparente identidade etimológica de significado. *Éthos*, em grego e *mos*, em latim, querem dizer costumes. Nesse sentido, a ética seria uma teoria dos costumes. Ou melhor, a ética é a ciência dos costumes. Já a moral não é ciência, senão objeto da ciência. Como ciência, a ética procura extrair dos fatos morais os princípios gerais a eles aplicáveis. (Apud Nalini, 1999, p. 34)

A historicidade presente nos valores refere-se à variabilidade e à mutabilidade dos valores ao longo da vida, influenciados pelos diferentes contextos aos quais o indivíduo é exposto. Inicialmente, o ambiente familiar modela o comportamento, mas, ao entrar no contexto escolar, o contato com novos referenciais pode modificar certas atitudes.

Por exemplo, uma criança que reproduz um comportamento inadequado aprendido em casa, como cuspir no chão, pode, ao ser orientada por uma professora, perceber que tal atitude não é aceitável no ambiente escolar. Esse aprendizado tende a ser levado para outros contextos, eventualmente influenciando o comportamento dos familiares. Sem essa exposição ao ambiente escolar, a criança possivelmente manteria o comportamento, pois ele refletia um valor moralmente aceito em seu contexto inicial.

Eduardo Bittar define a ética como distinta da moral, apesar de ambas, etimologicamente, estarem relacionadas a costumes, com a ética originando-se do grego e a moral, do latim. A ética seria, assim, uma teoria dos costumes e a ciência dos comportamentos, enquanto a moral é o objeto de estudo da ciência ética. A ética busca extrair dos fatos morais os princípios gerais, amplos e universais aplicáveis a esses comportamentos.

ÉTICA X MORAL X DIREITO



Serão abordados os conceitos de autonomia e heteronomia, considerando-se que o direito pertence ao campo da lei, sendo esta impositiva, cogente e heterônoma, enquanto a moral e a ética relacionam-se à escolha individual, ao caráter e à autonomia. Na administração pública, estimula-se o desenvolvimento da autonomia, buscando que o cumprimento da lei transcenda a mera obediência heterônoma.

Para agentes públicos, o princípio da moralidade representa o equilíbrio entre a finalidade e a legalidade da conduta, pois não basta apenas cumprir a lei; é essencial considerar a intencionalidade das ações. A conduta de um agente público deve incorporar uma vocação para a coletividade, mantendo a ética como referência para o exercício do cargo e privilegiando o interesse coletivo e o altruísmo acima dos interesses pessoais, ainda que a legalidade seja observada.

Caso um agente público manipule a estrutura estatal para beneficiar parentes, amigos, terceiros ou a si próprio, justificando-se apenas pelo cumprimento da lei, tal prática será insuficiente. Para além da legalidade, é fundamental que a ação seja orientada pelo equilíbrio entre finalidade e legalidade, guiada pelo bem comum, pelo interesse público e coletivo, consolidando a moralidade. Caso contrário, mesmo cumprindo a lei, o ato poderá ser impugnado com base no princípio da moralidade.



15m

Obs.: recomenda-se complementar a compreensão desses conceitos com um trecho de entrevista do professor Mário Sérgio Cortella no programa de Jô Soares, em que ele aborda a distinção entre ética e moral no aspecto conceitual e filosófico, proporcionando uma visão articulada e didática que pode reforçar o entendimento sobre o tema.

REALE

A teoria do mínimo ético, consiste em dizer que o Direito representa apenas o mínimo de Moral declarado obrigatório para que a sociedade possa sobreviver. Como nem todos podem ou querem realizar de maneira espontânea, mas como as violações são inevitáveis, é indispensável que se impeça, com mais vigor e rigor, a transgressão dos dispositivos que a comunidade considerar indispensável à paz social.” Dizemos, então, que o Direito é heterônomo, visto ser posto por terceiros aquilo que juridicamente somos obrigados a cumprir.” Este é outro ponto de diferença entre Direito e Moral, sendo o primeiro cumprido, muita das vezes de forma coercitiva e o segundo de forma voluntária.

<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-122/direito-e-moral-as-principais-distincoes/>

Reale afirma que nem todos podem ou querem agir de forma espontânea e minimamente adequada, o que torna necessário impor tais comportamentos a quem carece de consciência social.

O direito, por sua vez, é heterônomo, ou seja, é imposto por terceiros de forma juridicamente externa, não fazendo parte do caráter do indivíduo, mas impondo-lhe a obrigação de realizar ou abster-se de determinada ação. Ao comparar direito e moral, percebe-se que a moral envolve uma ação voluntária, enquanto o direito baseia-se em uma ação imposta.



DIRETO DO CONCURSO

01. Moral, vocábulo herdado do latim, e ética, do grego, identificam conceitos que exprimem um conjunto de regras de conduta que se espera que sejam adotadas.



Moral, termo de origem latina, e ética, de origem grega, referem-se a conceitos que exprimem um conjunto de regras de conduta esperadas. Esse enunciado inicial faz referência à etimologia, abordando a origem dos termos. Ao tratar de etimologia, são analisadas as raízes das palavras “ética” e “moral”.

Porém, ao ultrapassar a análise etimológica e de significado, o texto ingressa no campo da filosofia, em que se começa a abordar o conceito propriamente dito. Nessa transição, ocorre a distinção entre as palavras que se referem à moral e as que se associam à ética.

Ao mencionar “conceitos que exprimem um conjunto de regras de conduta esperadas”, observa-se a necessidade de diferenciar as abordagens. Quando o enunciado se refere a “conduta”, direciona-se ao campo da moral, que se relaciona com comportamentos esperados. Já o termo “conceito” remete à ética, pois esta se constitui como um ramo da filosofia. A ética proporciona o conceito e a fundamentação filosófica que delineiam os princípios tanto da ética quanto da moral.

02. A ética e a moral não são sinônimas, sendo esta última objeto de estudo da primeira, que, por sua vez, poderia ser definida como ciência da moral.



É importante destacar que ética e moral não são sinônimas, sendo a moral mais próxima como objeto de estudo da ética. A ética é uma ciência que analisa a moral. Toda ciência necessita de um objeto de estudo, e o objeto da ciência ética é a moral. Portanto, pode-se afirmar que a ética é a ciência da moral.

Além disso, diversos teóricos mencionados anteriormente corroboram essa definição, caracterizando a ética como a ciência que analisa e reflete sobre o comportamento social, sendo a ciência dos costumes e dos hábitos.

03. A ética é mutável e está diretamente relacionada com as práticas culturais.



A ética, assim como as práticas culturais, é mutável, variável, cultural e temporal, características que também se aplicam à moral. Essa análise demonstra a relevância do quadro comparativo apresentado, que auxilia na compreensão das distinções entre ética e moral.

04. A ética é imprecisa para a definição dos valores e juízos que norteiam a moral.



A ética, enquanto ciência, é objetiva e realiza uma análise clara sobre o que deve ou não ser feito. Portanto, não se pode afirmar que a ética é imprecisa para a definição dos valores e juízos que orientam a moral. A ética estuda os fundamentos dos valores utilizados no exercício de comportamentos e atitudes, o que contraria a ideia de imprecisão.

05. Por serem habituais, frequentes e racionalmente justificáveis, as ações socialmente estabelecidas são sempre eticamente aceitas.



Embora essas ações possam ser habituais e justificáveis, não se pode concluir que sejam sempre eticamente válidas. A habitualidade não garante a aceitação ética. Para que uma ação seja eticamente aceita, é necessário um exame mais profundo, pois nem todas as ações frequentes e justificáveis se qualificam como condutas éticas. O uso da palavra “sempre” torna a afirmação equivocada. Por exemplo, a prática de jogar lixo no chão pode ser considerada aceitável em algumas culturas, mas, ao se analisar de forma ampla, esse comportamento é refutado, uma vez que é reconhecido coletivamente como incorreto.

06. Enquanto a ética trata do conjunto de regras de uma sociedade, a moral se volta ao seu estudo teórico, razão pela qual esta foi alçada a princípio constitucional da administração pública.



A moral não realiza um estudo teórico da ética; essa função é atribuída à ética. Além disso, a moral em si não é um princípio constitucional. O que é reconhecido como princípio constitucional é o princípio da moralidade, conforme discutido anteriormente.

07. A ética pode ser entendida como uma escolha embasada em um conjunto de valores pessoais



A ética possui uma perspectiva coletiva, enquanto a moral tende a apresentar uma análise ou abordagem mais individualizada, relacionada a um grupo ou a uma sociedade específica.

08. O objeto de estudo da ética é o comportamento moral dos homens em sociedade



A ética estuda a moral, que se refere ao comportamento social dos indivíduos.

09. Escolhas embasadas na lei podem ser legais, mas não necessariamente éticas.



O cumprimento da lei não implica automaticamente em uma conduta eticamente aceitável. O fato de uma escolha ser legal não a torna ética, especialmente no contexto da administração pública e na vida cotidiana. A obediência à lei pode ser motivada pelo temor de consequências, como a recepção de notificações de trânsito, mas isso não caracteriza uma pessoa como ética. A verdadeira ética está relacionada à vocação para a coletividade, que se manifesta na autonomia de escolha, em ações realizadas de forma prévia, livre, responsável, consciente e autônoma.

10. A conduta ética é racionalmente justificável e praticada de forma autônoma.



A conduta ética deve ser fundamentada em justificativas racionais, refletindo um entendimento consciente das ações realizadas. Além disso, a autonomia na prática da ética implica a capacidade de agir segundo princípios éticos próprios, sem imposições externas. A origem dessa definição pode ser atribuída ao material da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que serve como referência para a discussão sobre ética na administração pública.

11. A respeito dos conceitos de ética, moral e virtude, é correto afirmar:

- a) A vida ética realiza-se no modo de viver daqueles indivíduos que não mantêm relações interpessoais.
- b) Etimologicamente, a palavra moral deriva do grego *mos* e significa comportamento, modo de ser, caráter.
- c) Virtude deriva do latim *virtus*, que significa uma qualidade própria da natureza humana; significa, de modo geral, praticar o bem usando a liberdade com responsabilidade constantemente.
- d) A moral é influenciada por vários fatores como, sociais e históricos; todavia, não há diferença entre os conceitos morais de um grupo para outro.
- e) Compete à moral chegar, por meio de investigações científicas, à explicação de determinadas realidades sociais, ou seja, ela investiga o sentido que o homem dá a suas ações para ser verdadeiramente feliz.



- a) A ética não pode ser aplicada em um contexto isolado, já que seu entendimento está intrinsecamente ligado à convivência social.
 - b) A palavra moral deriva do latim *mores* e não do grego *mos*.
 - c) *Virtus* significa uma qualidade inerente à natureza humana e envolve praticar o bem com responsabilidade e liberdade.
 - d) A moral é influenciada por fatores sociais e históricos, e existe uma variação entre os conceitos morais de diferentes grupos, que refletem as particularidades culturais e temporais.
 - e) Investigações científicas sobre realidades sociais são de competência da ética, que estuda esses aspectos, enquanto a moral é o foco da investigação, não seu agente.
-

12. Marque a alternativa na qual a correlação entre ética e moral está invertida e, portanto, incorreta.

- | | |
|------------|----------------------------------|
| a) ÉTICA | MORAL |
| Princípio | Aspectos de condutas específicas |
| b) ÉTICA | MORAL |
| Permanente | Temporal |
| c) ÉTICA | MORAL |
| Prática | Teoria |
| d) ÉTICA | MORAL |
| Universal | Cultural |



- a) A moral articula-se mais com valores, enquanto a ética relaciona-se com princípios que são universais e abrangentes.
 - b) A moral é influenciada por fatores culturais e temporais, enquanto a ética é considerada universal e atemporal.
 - c) Na verdade, a ética é a teoria que fundamenta os princípios morais, enquanto a moral se manifesta na prática das condutas.
 - d) A moral varia conforme o contexto cultural e temporal, enquanto a ética tende a ser considerada como um conjunto de princípios universais.
-

13. Analise a figura a seguir:

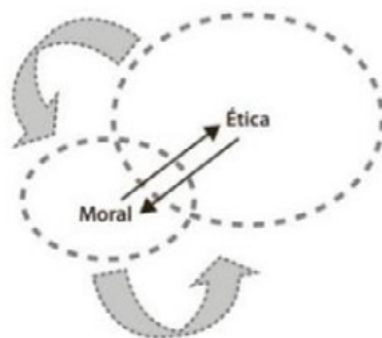


Figura 1. Relação entre ética e moral.

Fonte: Pedro (2014).

A imagem expressa que:

- I – Um equilíbrio entre ética e moral é algo prescindível.
- II – Há um movimento intrínseco entre ética e moral.
- III – Pode-se tratar ética e moral como antônimos.

É correto o que se afirma em:

- a) III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.



I – A moral é a prática que materializa os princípios éticos. Portanto, a interdependência entre ética e moral é fundamental, sendo o equilíbrio essencial para a ação.

II – Ambos os conceitos estão interligados e interdependentes, apesar de suas definições distintas.

III – Na realidade, ética e moral são conceitos complementares, e a relação entre eles não pode ser reduzida a uma oposição.

14. “A sociedade passa por grave crise de valores, caracterizada pela falta de decoro, de respeito pelo outro e de limites” (E-TEC BRASIL, 2020). Ao encontro dessa temática, analise as afirmativas abaixo e identifique as corretas:

I – O cidadão que cumpre a lei é, necessariamente, um sujeito ético.

II – O que é legal nem sempre é ético.

III – A lei é o mínimo da ética.

É correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II e III, apenas

c) III, apenas.

d) I, II e III.

e) II, apenas.



I – Cumprir a lei não implica automaticamente em agir de maneira ética, pois a ética envolve uma reflexão mais profunda sobre as ações e suas consequências na coletividade.

II – A legislação pode conter normas que não refletem princípios éticos, como leis que atendem a interesses particulares sem considerar o bem comum.

III – A lei representa o mínimo da moral, estabelecendo comportamentos socialmente aceitáveis para a convivência, enquanto a ética exige uma conduta que vá além do cumprimento da legislação, visando o bem coletivo.

15. A respeito da ética e da moral, julgue os itens seguintes.

I – A ética tem como objeto de estudo o pensamento acerca das ações humanas e dos seus fundamentos.

II – Toda organização social humana possui uma moral, revelada por regras de conduta e comportamento que variam ao longo da história.

III – A moral, ao contrário da ética, não comporta análise de subjetividade dos comportamentos, razão pela qual seu estudo deve ser dissociado de dimensões psicológicas do indivíduo.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e III estão certos.

c) Apenas os itens II e III estão certos.

d) Todos os itens estão certos.



I – A ética investiga as ações adotadas no contexto coletivo, fornecendo um norte para comportamentos e atitudes.

II – As práticas sociais, comportamentos, costumes e hábitos revelam regras de conduta que variam ao longo da história, refletindo a evolução dos valores sociais.

III – A moral é, de fato, mutável e variável, dependendo de contextos culturais e sociais. Portanto, a moral não deve ser dissociada das dimensões psicológicas do indivíduo, uma vez que os valores morais podem ser influenciados por fatores subjetivos e individuais.



35m

GABARITO

01. C**06. E****11. c****02. C****07. E****12. c****03. E****08. C****13. d****04. E****09. C****14. e****05. E****10. C****15. a**

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Glauber Marinho.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
